

RELAÇÕES DE CONTATO: A QUESTÃO DA CULTURA

**CARMEN ZINK BOLOGNINI
UNICAMP**

ABSTRACT

Following a discussion of the concept of culture, the article tackles questions related to the interrelationship among culture, history and ideology in a video recorded conversation that took place between two managers of a german multinational company operating in Brasil.

I. INTRODUÇÃO.

A observação de aspectos culturais dentro da área de Linguística Aplicada à aquisição/aprendizagem de uma Língua Estrangeira vem sendo ampliada cada vez mais. Um dos fatores que motivam as pesquisas que focalizam aspectos interculturais é a impossibilidade de se conceber a vida atual sem que relações de contato entre culturas diferentes ocorram. As pesquisas feitas em Linguística Aplicada trazem contribuições para o conhecimento da maneira pela qual os sujeitos se relacionam socialmente. Sendo os aspectos culturais determinantes dessas relações, a investigação da maneira pela qual essa determinação ocorre, traz contribuições para a compreensão dos fatores que atuam nessas relações.

É importante ressaltar que há diversas definições de cultura. Cada uma delas é resultante dos discursos que prevaleceram durante um determinado período da história da humanidade. Sendo assim, o conceito de cultura durante o período da história da humanidade no qual prevaleceu o discurso mercantilista é diferente do conceito de cultura que existia durante o século XIX. Apresentaremos tanto a maneira pela qual alguns desses conceitos são articulados dentro da área de ciências humanas, como a maneira pela qual alguns pesquisadores em Linguística Aplicada trabalham com o conceito.

A partir das considerações teóricas acima, serão apresentadas questões relativas ao relacionamento cultura-história-ideologia surgidas a partir da análise do segmento de uma gravação, em vídeo, de uma relação de contato conversacional ocorrida entre dois gerentes de multinacionais de origem alemã.

II. CULTURA, HISTÓRIA E IDEOLOGIA

Freud, em **Das Unbehagen in der Kultur**¹, afirma que o sujeito se submete à cultura, às limitações que ela impõe, pelo medo do desamparo. Freud descreve, na obra, vários tipos de limitações sofridos pelos sujeitos em decorrência de sua vida em grupo. Essas limitações definem normas de comportamento, o que é possível, e o que não o é. As imposições da vida em grupo, são compensadas pela necessidade que o sujeito tem de se sentir fazendo parte de um grupo, uma vez que ele tem, desde seu nascimento, o medo do desamparo. Essas normas de comportamento constituem a cultura. Freud demonstra, no exemplo alemão, a maneira pela qual a sua força, e em seu nome, um grupo é constituído. E ele vai além: demonstra a maneira pela qual um grupo é constituído em relação a outros, e argumenta que, ao sentirem a sua cultura ameaçada, os sujeitos podem ser levados a atos de extrema violência.

Como se sabe, é a partir de Freud e Lacan que se trabalha a constituição dos sujeitos pela linguagem. Nesse contexto teórico, no qual a concepção de sujeito está intimamente relacionada a uma concepção de linguagem, a questão da cultura ganha um destaque diferenciado. Porque parte-se do pressuposto que o sujeito é constituído culturalmente pela linguagem.

No entanto, essa ligação intrínseca, que ganha destaque em pesquisadores que atuam em algumas áreas de estudos da linguagem, não é pressuposta em todos os autores. Também é oportuno ressaltar que não há apenas uma definição de cultura. Sendo utilizada em todas as áreas das ciências humanas, sua definição varia de acordo com a filiação teórica de cada autor. Há, entretanto, tendências dominantes na definição do termo. Apesar de ter o intuito de estabelecer a relação discurso-cultura-história, apresentarei em primeiro lugar alguns autores que discutem o conceito de cultura a partir de outra perspectiva, para, em seguida, apresentar aqueles que estabelecem essa relação.

Etimologicamente, a palavra cultura tem sua origem no latim *cultur*, que se refere tanto à prática agrícola, de cujo domínio dependeu a transição do tipo de vida nômade para a vida sedentária, como à cultura da alma (cf. Duden, vol 7).

As transformações da vida nômade para a sedentária, como se sabe, não ocorreram de forma igual em todos os grupos humanos. As diferenças no desenvolvimento dos povos, a grande diversidade de costumes, já chamou a atenção, de acordo com J. B. dos Santos (1986), dos antigos gregos, que iniciaram, assim, os estudos relativos à “cultura”. Durante o período mercantilista da história da humanidade, a noção de cultura orientou, segundo o autor, as relações estabelecidas entre europeus e suas colônias. O autor ressalta que durante esse período, as interpretações feitas pelo europeu a respeito da cultura dos habitantes nativos de suas colônias eram definidas a partir de uma matriz religiosa.

Foi principalmente a partir da produção científica do século XIX que as preocupações e definições de cultura deixaram de ser orientadas por princípios meramente religiosos, segundo o autor. Mas, ainda assim, as discussões sobre cultura

¹ (Mal-Estar da Civilização)

ainda estavam orientadas por objetivos expansionistas: o que se pretendia era compreender os povos subjulgados.

J. B. dos Santos (op. cit.), objetivando traçar um perfil histórico do conceito, apresenta diversas possibilidades de se definir cultura e também a maneira pela qual estudos na área de ciências humanas foram desenvolvidos, tendo em vista os diferentes conceitos de cultura. Ele cita, por exemplo, a preocupação, existente no século XIX, em se hierarquizar todas as culturas humanas. Essa hierarquização estaria situada em um contexto no qual a teoria de evolução das espécies ganhava força. Aplicando-se o pressuposto darwiniano, da mesma maneira que haveria diferentes estágios na evolução humana, também existiriam diferentes estágios na evolução cultural.

Essa argumentação permitiu o surgimento, segundo o autor, de preconceitos e de discriminações raciais. Criticando a proposta evolucionista, J. B. dos Santos (op. cit.) argumenta que não se trata de pensar em termos de evolução, mas sim, que o fundamental é entender o processo a partir da história da humanidade, pois para ele, a cultura é uma construção histórica, é um produto coletivo da vida humana. Além de ressaltar o papel da história para discussões a respeito da concepção de cultura, o autor também realça a dinamicidade dos valores culturais de uma comunidade, considerando cultura “o conhecimento, as idéias e as crenças, assim como as maneiras como elas existem na vida social” (p. 24). O autor considera a literatura, o conhecimento filosófico, científico e artístico, a ecologia, a alimentação, as relações pessoais, o corpo e a espiritualidade como fazendo parte dos aspectos culturais.

Trabalhou-se a possibilidade de se considerar a cultura como sendo algo específico de um povo, e inexistente entre outros povos. Na Alemanha, o conceito de cultura foi, segundo N. Elias (1939), muito discutido a partir do século XVII. De acordo com o autor, os alemães se diferenciavam de grande parte dos outros povos europeus, por não terem suas fronteiras expandidas, uma vez que não se caracterizam por terem realizado atividades colonizadoras. A expansão das fronteiras e o contato com outros povos levou, segundo o autor, franceses, ingleses e os países ibéricos, a concentrarem sua atenção no conceito de civilização. A civilização seria o fator que diferenciaria os colonizadores dos colonizados. No entanto, os alemães, não tendo entrado em contato com outros povos, discutiram intensamente o conceito de cultura dentro de suas fronteiras, procurando uma busca por uma identidade própria, uma necessidade premente para os alemães, que compartilhavam o mesmo idioma, mas não tinham ainda uma unidade política. Os demais países europeus por outro lado, segundo o autor, teriam, para o alemão, a característica de serem civilizados, um conceito ligado a progresso. Para os alemães, segundo N. Elias (op. cit.), a civilização faz parte de toda a humanidade, sendo que alguns povos seriam mais civilizados do que outros, enquanto que a cultura seria uma característica unicamente dos próprios alemães. Considerando que a civilização seria algo existente, em maior ou menor grau, em toda a humanidade, e a cultura algo unicamente seu, para o alemão, a civilização tem valor secundário quando comparada à cultura. Ser culto é mais importante do que ser civilizado, pois civilizada toda a humanidade é.

Como pode ser observado, os autores citados acima não apresentam preocupação em destacar o papel da linguagem em sua concepção de cultura. Para fins deste trabalho,

no entanto, é importante que a reflexão a respeito de cultura seja inserida em um contexto teórico que dê destaque à linguagem. Isso porque o pressuposto que o norteia é o de que não existe cultura em um ambiente sem linguagem. Porque é pela e na linguagem que a cultura é transmitida de uma geração a outra, sendo, assim, estabilizada.

Incluindo a linguagem em sua perspectiva, e destacando seu papel fundamental, D. Ribeiro (1978) perpetra uma discussão aprofundada daquilo que considera cultura. O autor, para quem a cultura é transmissível simbolicamente de geração a geração, a define como sendo “*a herança social de uma comunidade humana, representada pelo acervo co-participado de modos padronizados de adaptação à natureza para o provimento da subsistência, de normas e instituições reguladoras das relações sociais e de corpos de saber, de valores e de crenças com que seus membros explicam sua experiência, exprimem sua criatividade artística e a motivam para a ação*” (p. 127).

Nota-se o papel normativo que o historiador concede à cultura: “normas e instituições reguladoras das relações sociais e de corpos de saber...”. Esse papel normativo também, como mencionado acima, é discutido por Freud, que afirma que a necessidade de se sentir amado, de se sentir amparado, levaria o sujeito a se submeter às normas culturais de seu grupo social, porque uma não-submissão implicaria na rejeição que sofreria por parte dos demais sujeitos do grupo social.

Para aqueles que trabalham com o ensino/aprendizagem de uma Língua Estrangeira, considerar que há uma ligação intrínseca cultura-linguagem é definitivo. Concordando com D. Ribeiro e com Freud no que diz respeito ao papel normativo, ou coercitivo, da cultura, e considerando que a linguagem é constitutiva dos sujeitos, não há como promover uma separação entre linguagem e cultura. Porque, como afirma D. Ribeiro (op. cit.), a cultura é transmitida simbolicamente. Ou seja, considerando Freud, pela linguagem. E a linguagem constitui sujeitos. Portanto, essa constituição é cultural. O sujeito é constituído como ser cultural por meio da linguagem.

Sendo assim, toda a argumentação em torno da necessidade ou não de se incluir aspectos culturais no processo de ensino perde seu significado. Porque essa discussão apenas pode ocorrer quando se parte do pressuposto de que a cultura pode ser separada da linguagem. E esse não é o pressuposto que norteia esse trabalho. Pois não há cultura sem linguagem, e não há linguagem sem cultura. E o papel normativo da cultura, dentro desse quadro, se dá pela linguagem. Pelo discurso. Porque, de acordo com E. Orlandi (1990), é na materialidade do discurso que aspectos culturais acontecem. É pela materialidade do discurso que sujeitos são constituídos, sujeitos que, por sua vez, constituem outros sempre que colocam o discurso em movimento. (E. Guimarães, 1989).

III. O ENSINO INTERCULTURAL DE UMA LÍNGUA ESTRANGEIRA.

Hoje em dia, o emprego corrente do conceito de interculturalidade aponta para a importância dada pelos pesquisadores à cultura como determinante dos processos de ensinar e aprender uma Língua Estrangeira/Segunda Língua.

O trabalho de R. A. Friday (1994) situa-se dentro desse contexto. O autor analisa os fatores culturais que interferem em uma relação de contato entre alemães e americanos. Dentre esses fatores são citados, desde a relação dos gerentes com suas empresas, até a maneira pela qual a cultura define a orientação argumentativa de cada um em uma discussão de negócios. Para o autor, a preparação de sujeitos para se envolverem em relações de contato que tratem de negócios deveria, necessariamente, considerar as diferenças interculturais.

D. Brown (1986) também discute a importância de aspectos culturais para a aprendizagem/aquisição de uma língua estrangeira. Ele afirma que “Second language learning is often second culture learning”(pp. 33), posição questionável, tendo em vista o que foi discutido acima. Pois, se pressupomos que é pelo discurso que aspectos culturais são aprendidos, a aprendizagem de uma segunda língua/língua estrangeira envolveria **sempre** a aprendizagem de uma outra cultura, e não apenas “often”, como afirma o autor. Apesar da discordância nesse aspecto, concordamos com o autor na sua consideração de que é importante que o aluno tenha consciência de sua posição como representante de uma cultura.

Autores como A. Redder e J. Rehbein (1987), ao discutirem aspectos relacionando cultura e sociedade, afirmam que há aspectos históricos que definem o tipo de interação entre falantes de sociedades diferentes. Ou seja, as diferenças interculturais seriam definidas pelas diferentes histórias de cada um.

Conforme apresentado acima, em se tratando de Brasil e Alemanha, as histórias são muito diferentes. O Brasil tem a sua história contada pelo europeu. Essa história foi contada a partir de um discurso colonialista (cf. E. Orlandi, 1990), que atribuiu ao Brasil, na cadeia discursiva, a posição definida pelo atributo “colônia” (cf. Bolognini, C.Z., 1996).

A Alemanha, por outro lado, se caracteriza por não ter participado na mesma escala que outras nações do expansionismo mercantilista (cf. N. Elias, op. cit.). Conseqüentemente, foi desenvolvido dentro de suas próprias fronteiras o discurso com o qual os sujeitos se identificavam.

O discurso constitui os sujeitos, e, sendo o discurso o lugar onde a ideologia e a história se encontram (E. Orlandi, 1990), o sujeito é constituído como ser histórico e ideológico. Nessa condição, ao colocar a língua em movimento, o sujeito fala aquilo que lhe é permitido pela rede de filiações discursivas nas quais se encontra. Seu discurso é delimitado pelas margens da Formação Discursiva (Foucault, 1969) na qual foi inserido pela sua língua materna. Tal delimitação define o que pode e deve ser dito em um determinado contexto.

IV. O EXEMPLO E A CONDIÇÃO DE SUA PRODUÇÃO

Os dados apresentados abaixo indicam que a preocupação com aspectos culturais rompeu as fronteiras dos estudos perpetuados no âmbito das universidades, dos estudos científicos, e veio a se consolidar no contexto de relações comerciais. A presença da preocupação com aspectos culturais a nível de gerência de indústrias multinacionais apontam para o fato de que, no atual período da humanidade, no período denominado

pós-colonialista, em um período de globalização, as diferenças entre as culturas são determinantes da maneira pela qual relações de contato são estabelecidas entre os sujeitos.

O exemplo abaixo indica a maneira pela qual uma multinacional procura resolver suas questões de relacionamentos interculturais:²

1. B: *No Brasil ... Na Alemanha os problemas têm um caminho ... no Brasil a cultura é diferente ... na ponta precisa ficar um alemão ... mas em baixo ... em baixo ... precisa ficar alguém que sabe a cultura brasileira ... precisa um caminho ... ah como se diz ... precisa um caminho ... como se fala*
2. A: *eu entendo o que você quer dizer*
3. B: *um caminho divergente ... não ...*
4. A: *diferente*
5. B: *não ... um caminho di .. ah ... diverso... por isso eu preciso aprender o caminho na Alemanha e fazer o caminho aqui bom para o*
6. A: *brasileiro*

O sujeito A estava no Brasil, aprendendo português como Língua Estrangeira, para assumir seu posto no gerenciamento de uma multinacional de origem alemã. O sujeito B estava aprendendo alemão como Língua Estrangeira no Brasil, com o objetivo de ser preparado para permanecer três anos na Alemanha³, na matriz da firma na qual trabalhava no Brasil. Eles não trabalhavam na mesma firma, e essa relação de contato conversacional ocorreu fora dos limites das suas indústrias, isto é, eles não tinham nenhum vínculo profissional.

Nota-se que o segmento acima gira em torno da questão que envolve as diferenças entre as culturas brasileira e alemã. No enunciado (1), é utilizada a palavra *cultura* como linha principal de argumentação, para justificar a permanência de B na Alemanha. Para B, há conseqüências no que diz respeito às relações de trabalho entre a matriz e a filial devido ao fato de a *cultura* do Brasil e Alemanha ser *diferente*. Pelo fato de B estar sendo enviado para a Alemanha, essa percepção é compartilhada pelos seus gerentes, sujeitos oriundos da Alemanha, e constituídos, assim, por discursos diferentes daqueles que o constituíram.

Diferença definitiva, determinante para as relações de trabalho. Porque as relações de contato se dão entre os gerentes constituídos por um discurso que carrega em si a história e a cultura alemãs, e empregados constituídos por discurso que carrega a história e a cultura brasileiras. Discursos diferentes, que fazem com que os sujeitos ocupem posições diferentes nas cadeias discursivas. Uma diferença que faz com que a empresa multinacional em questão procure contorná-la. E a forma encontrada se materializa em (5), quando B caracteriza a sua tarefa como sendo a de *aprender o caminho na Alemanha e fazer o caminho aqui bom para o (brasileiro)*.

² Essa conversação deu-se, originalmente, em alemão. Houve tentativa de manter, na tradução, os desvios da norma padrão encontrados nos enunciados.

³ A permanência por três anos da Alemanha faz parte da estratégia da firma em questão para preparar os funcionários que são considerados aptos a ocupar cargos de alto escalão.

Ou seja, B teria a tarefa de traduzir o que é feito na Alemanha para o Brasil. Na verdade, ele seria um tradutor comprometido ideologicamente com a manutenção da hierarquia da empresa, pois em (1) ainda há a colocação de B a respeito da maneira pela qual ele vê as posições a serem ocupadas por brasileiros e alemães dentro da empresa. Ao afirmar que *na ponta precisa ficar um alemão* B não questiona a legitimidade do poder dos alemães, e estabiliza a hierarquia vigente ao afirmar *em baixo ... precisa ficar alguém que sabe a cultura brasileira*.

V. CONCLUSÃO

Essa estabilização de uma ideologia dá indícios do fato de que não há como se tratar de cultura isoladamente. A história e a ideologia fazem parte dos aspectos culturais, definindo-os, determinando-os. Pelo discurso. É nesse contexto que a afirmação de T. Todorov (1989) “os discursos são, eles mesmos, acontecimentos, motores da história, e não apenas suas representações” (p. 14) é oportuna. Esses dois sujeitos, A e B, foram constituídos historicamente, ideologicamente, culturalmente pelo discurso. Seus enunciados estabilizam uma história, uma ideologia, uma cultura. Nesse processo de estabilização, contribuem para constituir outros sujeitos.

A e B, ao colocarem o discurso em movimento, fazem história. Uma história definida pelos discursos que constituíram brasileiros e alemães diferentemente, em outras épocas, em outros lugares. Uma história que tem pontos em comum, mas também grandes diferenças. A história que os dois países têm em comum é aquela contada pelo europeu, que trouxe a sua cultura para o Brasil, promovendo um silenciamento da história, cultura dos habitantes nativos. Esse processo definiu posições na cadeia discursiva mais privilegiadas para europeus e menos privilegiadas para brasileiros.

O exemplo acima mostra deslocamentos operados nas posições na cadeia discursiva de brasileiros e alemães. No que diz respeito à cultura, não se argumenta que ela exista em um país e não no outro, conforme foi feito no século XVIII na Alemanha. Tampouco afirma-se que uma cultura é superior à outra, conforme feito no século XIX, sob influência do discurso darwiniano.

Mas os deslocamentos não implicam uma perspectiva que promovesse a aceitação plena dos aspectos culturais existentes no Brasil. Os deslocamentos reconhecem diferenças, e reconhecem a necessidade de um tradutor, constituído pelo discurso como brasileiro. Mas um tradutor que não ameaçasse uma hierarquia, e um tradutor que fosse capaz de assegurar a permanência, no Brasil, da cultura da matriz da empresa.

BIBLIOGRAFIA

BANDEIRA, M. *O Milagre Alemão e o Desenvolvimento do Brasil*, São Paulo: Ed. Ensaio, 1994.

BOLOGNINI, C.Z. *Warum so viele Fragen?* In H. Barkowski (Org.) *Deutsch als Fremdsprache Weltweit Interkulturell?* Viena: Verband Wiener Volksbildung (pp. 199-207), 1998.

- BROWN, D.H. "Learning a second culture". In **Culture Bound**. Cambridge: Cambridge University Press, (pp. 33-48), 1986.
- ELIAS, N. **O Processo Civilizacional**. 1º. Vol, Lisboa: Dom Quixote, 1989 (1ª ed. 1939).
- FOUCAULT, M. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, (3ª. ed.), 1987. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves, 1969.
- FREUD, S. **Das Unbehagen in der Kultur**. Leipzig: Internationaler Psychoalytischer Verlag, 1930.
- FRIDAY, R.A. *Contrast in Discussion Behaviors of Germans and American Managers*. In L.A.Samovar & R.E.Porter (Orgs.) **Intercultural Communication**, International Thompson Publishing, 1994.
- GUIMARÃES, E. *Enunciação e História*. In Guimarães, E. (Org.) **História e Sentido na Linguagem** Campinas: Pontes Editores, (pp. 71-79), 1989.
- ORLANDI, E. **Terra à Vista**. Campinas: Pontes Editores, 1990
- REDDER, A. & Rehbein, J. *Zum Begriff der Kultur*. In **Arbeiten zur Interkulturellen Kommunikation** n°. 38, (pp 7-22), 1987.
- RICHARDS, A.I. *The concept of culture in Malinowski's work*. In Firth, J.R. (Org.) **Man and Culture** (pp. 15-31), 4ª. ed., 1968.
- SANTOS, J. B. **O que é cultura?** São Paulo: Melhoramentos, 1986.
- TODOROV, T. **Nós e os Outros**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. Trad. Sergio Goes de Paula, 1989.